

A FILOSOFIA COMO DISCURSO CONSTITUINTE

Wiliane Viriato ROLIM*

RESUMO: Este trabalho apresenta o conceito de Discurso Constituinte e suas relações com as questões referentes ao posicionamento discursivo e à cena enunciativa, assim como ao interdiscurso e à constituição genérica. Para exemplificar, recorre à forma dialogal utilizada por Platão para apresentar sua proposta/metodológica – a dialética. Esta exemplificação é pontuada com uma passagem do diálogo *Mênon*, de Platão.

Palavras-chave: Discurso Filosófico; interdiscurso; dialética.

O número 117 da revista *Langages*, de março de 1995, editada pela Larousse, foi organizado por Dominique Maingueneau em torno do tema “As Análises do Discurso na França”. Pretendendo oferecer uma amostra da multiplicidade de trabalhos realizados sob esta insígnia, apresenta diversos artigos, entre os quais “A Análise dos Discursos Constituintes”, assinado conjuntamente pelo próprio Maingueneau e Frédéric Cossutta; nele, os autores cunham o conceito de Discurso Constituinte. O número 119 da mesma revista *Langages*, de setembro de 1995, agora organizado por Frédéric Cossutta sobre o tema mais específico de “A Análise do Discurso Filosófico”, traz o artigo de Dominique Maingueneau intitulado “A Enunciação Filosófica como Instituição Discursiva”, no qual se discute a questão do discurso filosófico enquanto discurso constituinte. De lá pra cá, ou seja, de 1995 a 2004, este conceito reaparece em diversos momentos das obras desses autores quando é considerada sua utilização como categoria de análise. Este é o caso do artigo de Frédéric Cossutta, “Discurso Literário, Discurso Filosófico: Duas Formas de Auto-Constituição?”, publicado em 2003, no livro *A Análise do Discurso nos Estudos Literários*, sob a direção de Ruth Amossy e Dominique Maingueneau, a partir das apresentações feitas no colóquio de Cerisy, em setembro de 2002.

Em nossa pesquisa sobre os diálogos de Platão, sempre nos chamou a atenção a necessidade recorrente do estabelecimento de limites entre o tipo de conhecimento que ali estava sendo elaborado e outros discursos sociais participantes do debate público das idéias naquele momento histórico. A famosa querela entre Sócrates e os sofistas é apenas um dos aspectos desta questão, que passa por várias outras, como em relação ao ceticismo e à erística e ainda em relação à poesia e a outros filósofos, como Heráclito e Parmênides.

* Doutoranda em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. wilianerolim@yahoo.com.br

Por isso, o conceito de discurso constituinte nos prendeu em suas malhas. Até que ponto esta categoria de análise poderia ser profícua para elucidar esta relação entre a filosofia Socrático-Platônica e os demais discursos circulantes? E enquanto discurso auto-constituente, o que caracteriza esta performance auto-constitutiva ?

Para o momento, tentaremos estruturar este trabalho da seguinte forma: faremos uma apresentação do conceito até onde conseguimos capturá-lo nos diversos textos em que ele emerge, principalmente nos três citados acima, para, em seguida, exemplificá-lo a partir de nosso *corpus*.

O próprio Maingueneau afirma que a noção de “discurso constituinte” supõe uma reflexão sobre o elo entre tipos e gêneros do discurso. No seio da produção enunciativa de uma dada sociedade, são encontrados tipos de discursos cujo estatuto específico instaura um papel fundador: trata-se daquele discurso que pretende fundar e não ser fundado. Esses discursos constituintes funcionariam como garantias dos múltiplos gêneros do discurso e, dessa forma, atuariam como doadores de sentido aos atos da coletividade. Discursos que dão garantia, mas não buscam garantia em outros discursos. O discurso midiático recorre com frequência aos discursos científico, artístico e filosófico para buscar base, apoio para suas construções argumentativas, ou seja, para servir de premissas aos encadeamentos das idéias que apresentam. Não sei se seria possível afirmar que a relação inversa não ocorre: os discursos científico, artístico e filosófico não poderiam se embasar racionalmente no discurso da mídia? A mídia não é garantia de credibilidade jamais! Um discurso nunca poderia ter a sua identidade artística garantida simplesmente pela crítica vinda da mídia. A mídia seria apenas um meio de divulgação. Digressões à parte, os cunhadores do conceito reconhecem que existe uma interação contínua entre discursos constituintes e não-constituintes, assim como entre os discursos constituintes entre si. Apesar de estes últimos negarem esta interação ou pretenderem submetê-la a princípios, acreditamos que possa ser um bom começo para um percurso analítico a apreensão desta interação constitutiva da interdiscursividade: pinçar no *corpus* procedimentos discursivos através dos quais emerge o discurso do outro, ou o irromper das diversas vozes, capturar a polifonia em sua própria rede. Voltemos antes à explicitação do conceito em questão, ao esclarecimento da categoria de análise que estamos tentando verificar.

A especificidade do estatuto dos discursos constituintes é explicada pela sua função na produção simbólica de uma dada sociedade. Para esclarecer esta idéia, nossos autores apelam para o termo grego *archéion*, cujo correspondente etimológico no latim é *archivum*. Apontando a polissemia deste termo, indicam suas duas ligações etimológicas: 1º sentido – *arché* – referindo-se à fonte, princípio, podendo chegar à questão da garantia última do comando, do poder. Em um duplo sentido, *archéion* é a sede da autoridade, podendo remeter ao palácio, ao corpo de magistrado e até mesmo a arquivos públicos. “O *archéion* associa assim intimamente o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um corpo de enunciadores

consagrados e uma elaboração da memória.” (COSSUTTA, MAINGUENEAU, 1995 a, p. 113).

“O trabalho de fundação pelo discurso” é o que procuraremos verificar em nosso *corpus* para ver como funcionaria esta constituição discursiva.” A determinação de um lugar associado a um corpo de enunciadores consagrados” trata, sem dúvida, de processos ou procedimentos sócio-discursivos vinculados à questão da identidade. Segundo a Semiologia de Patrick Charaudeau, teria a ver com o direito de fala, com o reconhecimento mútuo dos sujeitos envolvidos na cena enunciativa. E a elaboração da memória remete, necessariamente, à constituição genérica. Como já foi explicado por Marcelo Cordeiro¹ sobre as três memórias propostas por Charaudeau, o gênero é filho da memória. Segundo Cossutta e Maingueneau, são considerados constituintes os discursos religioso, científico, filosófico, literário e jurídico. Por nossa conta e risco, gostaríamos aqui de substituir o termo *literário* por *artístico*, assumindo a ampliação do campo lexical que esta substituição pressupõe. Para nossos autores, o discurso político não pode ser classificado como discurso constituinte porque constrói “configurações moventes na confluência dos discursos constituintes, sobre os quais se apóia e recorre aos múltiplos estratos de *topoi* de uma coletividade”. Não sabemos se podemos falar de um discurso da mídia nesse sentido ou se poderíamos ser rechaçados com o argumento de que a mídia é somente uma questão de suporte, de meio, de canal, de médium, dispositivo material através do qual o discurso vem ao mundo. De qualquer forma, o discurso publicitário, o discurso de informação midiática, o discurso dos editoriais enquanto discurso de opinião e vários outros tipos de discurso eminentemente midiáticos não podem deixar de ser considerados em sua especificidade discursiva. O discurso político e o discurso da mídia compartilham o fato de pertencerem ao senso comum, com tudo o que isto significa: não se fundam sobre si mesmos, necessitam recorrer aos discursos constituintes para balizarem suas bases discursivas; não são privilégio de um corpo de enunciadores consagrados; fazem apelo às três memórias propostas por Charaudeau, mas não necessariamente determinam sua elaboração.

Para se autorizarem somente a partir de si próprios, ou seja, para não recorrerem à autoridade a não ser em si mesmos, os discursos constituintes necessitam se colocar como vinculados a uma fonte legitimante. Assim sendo, o discurso religioso apóia-se na fé e traduz a tradição. Os discursos filosófico e científico, resguardadas suas especificidade (de método, de objetos, de características), fundamentam-se na razão e buscam a verdade – verdade que se pretende, portanto, racional, coerente, lógica e, principalmente, vinculada à episteme grega. O discurso artístico, calcado na sensibilidade, tem como horizonte o belo, ainda que seja para negá-lo. E o discurso jurídico, fundado na lei, baseia-se no justo.

¹ CORDEIRO, M. **Gênero discursivo teatral**. Artigo publicado neste volume.

Para os autores citados, estes discursos são ao mesmo tempo auto e heteroconstituintes, de forma que estas duas faces se supõem reciprocamente posto que somente um discurso que se constitui tematizando sua própria constituição pode representar um papel constituinte em relação a outros discursos.

Tematizando sua própria constituição num exercício de metadiscursividade próprio da atividade reflexiva – assim os autores nos esclarecem que um projeto de pesquisa sobre o discurso filosófico deveria de máxima de procurar articular as operações discursivas em seu substrato lingüístico a fim apreender a especificidade de um tipo de discurso que visa à explicitação suas próprias condições de possibilidade. Isto, considerando que a análise da constituição dos discursos constituintes deveria tentar mostrar a conexão do intradiscursivo e do extradiscursivo, a intricação de uma representação do mundo e de uma atividade enunciativa. Desta forma, seriam evidenciadas as relações íntimas que em filosofia inscrevem as formas conceituais e lógicas nas formas expressivas.

Utilizando os conceitos de posicionamento e comunidade discursiva, verifica-se que “os discursos constituintes são o espaço de um conflito permanente entre diversos posicionamentos” (MAINGUENEAU, 1995a, p. 113). Estes diversos posicionamentos emergem nos processos de auto-constituição discursiva através de procedimentos de inscrição numa relação de repetição constitutiva caracterizada pela filiação ou pela rejeição entre os diversos discursos. Neste exercício de posicionamento, ou seja, “conflito permanente entre diversos posicionamentos”, a interdiscursividade não se encontra exterior a uma identidade fechada sobre suas próprias operações, “mas constitui uma realidade atravessada por estes outros discursos” (MAINGUENEAU, 1995 a, p. 115). Mas, em todos os casos, o posicionamento supõe a existência de reservas institucionais específicas, de comunidades discursivas que partilham um conjunto de ritos e normas. A forma tomada por esta “comunidade discursiva”, por este grupo que só existe pela e na enunciação dos textos, varia ao mesmo tempo em função do tipo do discurso constituinte em questão e de cada posicionamento. Assim sendo, o posicionamento diz de uma relação entre um modo de organização social e um modo de existência dos textos em que doutrina e funcionamento institucional são indissociáveis.

O caráter constituinte de um discurso é determinado por seu estatuto particular: a autoridade está ligada ao seu estatuto enunciativo, que remete o enunciado ao texto, o texto à obra, a obra à inscrição determinante do posicionamento (filiação ou rejeição). A inscrição é radicalmente exemplar: ela segue exemplos e ela dá o exemplo. Assim, uma obra constituinte representa seu papel não somente pelos conteúdos que ela veicula, mas também pelos modos de enunciação que ela autoriza. Um posicionamento não se define então somente por seus conteúdos, de forma que o “suporte” não é somente um suporte na medida em que ele não é exterior àquilo que pretende veicular.

Esta proposta pretende ultrapassar as oposições próprias da análise

textual: ação x representação, fundo x forma, texto x contexto, produção x recepção. Em lugar de opor conteúdos e modos de transmissão, um interior do texto e um em torno de práticas não verbais, é proposto que se desenvolva um dispositivo em que a atividade enunciativa estabeleça laços entre uma maneira de dizer e um modo de relacionar dos homens. Este dispositivo seria o conceito de cena enunciativa: a situação de enunciação não deveria ser considerada como quadro empírico, mas deveria ser percebida enquanto construída como cenografia através da enunciação. Assim, um investimento cenográfico do discurso faz deste último o lugar de uma representação de sua própria situação de enunciação.

Numa tentativa de filiação ao conceito de discurso constituinte, procuraremos exemplificar pinçando uma passagem no *Mênon*, de Platão, uma vez que, segundo Cossutta, todo discurso filosófico representa, na ordem do discurso, seu próprio processo. Considera-se cena filosófica este modo de representação graças ao qual o processo de pensamento é apresentado na ordem do discurso. Dessa forma, Platão conseguiria conectar o exercício da forma dialogada ao movimento ascensional próprio do método dialético. Esta fala de Sócrates, dirigida a *Mênon*, no diálogo de mesmo nome, exemplifica ao mesmo tempo o interdiscurso e a tematização na cena filosófica:

Veja, se o homem que me interroga fosse um desses sábios que se digladiam com golpes de argumentos e fazem de toda conversação uma concorrência e um combate, eu lhe replicaria: 'Dei minha reposta. Se eu tiver errado é você que deve assumir a discussão e refutar'. Mas quando são amigos, como você e eu agora, que desejam conversar um com o outro, é preciso responder com mais doçura conformando-se às regras da conversação. Ora, conformar-se a estas regras não consiste somente em responder a verdade, mas também em responder servindo-se do que o homem que pergunta admite conhecer. (75c-d)

Trata-se, aqui, da famosa dialética socrático-platônica. Esta não é uma tese teórica, mas sim metodológica. Por isso, nem mesmo é reconhecida como uma tese, por assim dizer, pelos estudiosos de Platão. Não é uma questão que faça parte do suntuoso edifício teórico constituído pelo sistema platônico, mas trata da construção desse edifício, *como fazer*, da elaboração de teoria.

Optamos por elencá-la no rol das teses defendidas no diálogo justamente porque consideramos que, nesse caso, o *como fazer* está muito próximo daquilo que está sendo feito. Ora, trata-se da busca da verdade, do conhecimento, que deve ser feita partindo-se do que já é conhecido, do que já era considerado como verdade anteriormente. Algo assim como uma escada que está sendo construída e o degrau anterior serve da base e é utilizado como apoio para a construção do degrau posterior. Os interlocutores – construtores dessa escada – precisam estar firmes no degrau anterior para poderem erigir o próximo degrau.

Aliás, a construção conjunta do conhecimento é a grande sensação desse monumento. O fazer junto, o respeito pelo outro, a consideração pelo saber e pela compreensão do interlocutor fazem com que este modo de fazer esteja intimamente ligado à obra que está sendo realizada. Ao longo da tentativa de definir o que seja a virtude, questão ética por excelência, que vai desembocar na definição do que seja conhecimento, onde conhecer e agir encontram-se estreitamente ligados, a dialética, enquanto busca conjunta do conhecimento, aparece como amálgama lapidar desse processo.

Algumas rápidas considerações sobre a dialética se impõem. A dialética é a metodologia proposta por Platão para se alcançar a verdade na construção do conhecimento. É um tipo de interação argumentativa, uma forma de debate em que os interlocutores usam razões que consideram provas daquilo que é afirmado: não se contentam em fazer afirmações, em asseverar, mas precisam provar o que dizem através da elaboração de raciocínios logicamente corretos.

Habitualmente, na Grécia antiga, esta interação adotava a forma de um diálogo, conduzido segundo regras precisas, em que um proponente afrontava um oponente diante de um público cujas reações serviriam de árbitro para o debate. Perguntas e respostas desenrolavam-se em uma sucessão caracterizada por uma ordem estrita. Ora, Platão critica este tipo de debate no qual os participantes não estão preocupados com a busca da verdade, mas com a realização de um duelo verbal, para ver quem sai vitorioso; neste caso, a preocupação não é com a verdade, mas com a vitória. Desse modo, a teoria platônica se preocupa em como é possível alcançar a verdade, e sua metodologia – a dialética platônica – propõe o diálogo como busca conjunta da verdade.

É interessante chamar a atenção, nesse momento, para a concepção de diálogo como complementaridade de visões. Os interlocutores, estando um diante do outro, vêem cada um o que o outro não vê: cada um vê o outro (que não se vê) e o que está atrás do outro (que também não pode ser visto por este último). Dessa forma, as perspectivas podem se complementar, possibilitando um alcance maior: o diálogo permite essa ampliação dos pontos de vista, desde que devidamente estabelecido.

Na ótica dos estudos discursivos, vemos que, ao apresentar sua proposta metodológica, Sócrates o faz através da utilização do interdiscurso: inicialmente, ele cita aqueles contra os quais se coloca neste assunto, ou seja, apresenta, primeiro, aquilo que ele não é, aquilo com que não concorda para, somente depois, em contraposição, se afirmar.

Por isso, Sócrates, o enunciador de Platão, se posiciona claramente, através da referência explícita, contra todos aqueles que reduzem a discussão a uma simples competição, uma troca de argumentos onde se procura, por todos os meios, sair vitorioso. Utilizando uma situação hipotética, instala-se um caso de polifonia em que a voz da *erística* (termo cujo radical *éris* significa luta) se faz presente no diálogo. A polifonia aqui é utilizada para contrapor, à tese que está sendo defendida, um outro discurso, que é a sua negação.

Isso porque, ao contrário da erística, modo de argumentar em que se busca apenas a vitória na discussão, a interação dialética, tal qual proposta por Sócrates, surge como um elemento de oposição, já que Sócrates tem outro objetivo: a busca da verdade .

Aliás, a palavra grega *dialektikoteron*, aqui utilizada, já carrega em si esse sentido: conversação que tem por finalidade a procura da verdade, e sua regra fundamental é só considerar como verdadeiro aquilo que for compreendido e admitido pelo interlocutor.

A doçura dialética mencionada por Sócrates é conseqüência da indiferença em relação à vitória, da falta da agressividade na discussão e de uma certa indulgência mútua, uma vez que o acordo dos parceiros nunca é forçado. A resposta é considerada boa pelo alocutário porque está de acordo com seus hábitos. A amizade é aqui citada para definir a relação entre os parceiros do diálogo, a fim de que se estabeleça a necessidade do acordo mútuo para que se possa seguir em frente no desenrolar do raciocínio.

Em diversos momentos, durante todo o diálogo, é pontuada essa proposta da interação dialética como método de pesquisa a dois, em que a participação mútua é valorizada, levando-se também em conta o prazer que essa prática proporciona aos parceiros da troca comunicativa.

Vemos, portanto, nesta fala de Sócrates, o interdiscurso (a apresentação de um outro discurso – a erística) como forma de expressão em que a forma de conteúdo (o processo dialético) é veiculado. A tematização da própria atividade discursiva se dá em um movimento circular evidenciando a ligação entre o que está sendo proposto (a busca da verdade) e a maneira de buscá-lo. A constituição do discurso é elaborada em todo o movimento discursivo, portanto, a análise não pode se reduzir a uma exemplificação. O exemplo é somente a maneira que encontramos, nos limites desta nossa situação de comunicação, para apontar no discurso analisado a emergência de sua auto constituição.

ROLIM, W. V. GENRE AND MEMORY: PHILOSOPHY AS A CONSTITUENT DISCOURSE

ABSTRACT: *This paper aims at showing the concept of Constituent Discourse and its relations to discursive position in the enunciative scene as well as its relations to interdiscourse and its general constitution. It was taken, as an example to illustrate, the dialogical form used by Plato in his methodological proposition – Dialectics. Such illustration is focused through a passage from Menon dialogue in Plato.*

Keywords: Philosophical Discourse; interdiscourse; Dialectics.

Referências Bibliográficas

CANTO-SPERBER, M. **Mênon. Tradução, introdução e notas**. 2. ed. Paris: Flammarion, 1993.

COSSUTTA, F. **L'analyse du discours philosophique**. **Langages, Louresse**, n.119, 1995.

MAINGUENEAU, D. Les analyses du discours en France. **Langages, Louresse**. n. 117, 1995.

AMOSSY, R & MAINGUENEAU, D. **L'analyse du discours dans les études littéraires**. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2003.